



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA
COMITÊ GESTOR

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR
DA ICP-BRASIL, REALIZADA NO DIA 10
DE FEVEREIRO DE 2009.**

Aos dez dias do mês de fevereiro de 2009, no Auditório de Videodifusão, do Palácio do Planalto, situado no endereço Praça dos 3 (três) Poderes, Palácio do Planalto, Subsolo, na cidade de Brasília/DF, às 15hs, reuniram-se os membros do Comitê Gestor da ICP-Brasil e alguns representantes. Estavam presentes: Renato da Silveira Martini (Coordenador Substituto e Secretário-Executivo do Comitê Gestor de Infra Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil), Júlio Átila Batista de Azevedo (Representante por Procuração do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC), Professor Ricardo Felipe Custódio (Titular da Sociedade Brasileira de Computação - SBC), Genice Xavier Silveira (Representante por Procuração da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação - ABEP), Raphael Mandarino Junior (Titular do Gabinete de Segurança Institucional – GSI/PR), Macarino Bento Garcia de Freitas (Suplente do Gabinete de Segurança Institucional - GSI/PR), Maurício Augusto Coelho (Diretor da Dinfra/ITI – Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), Pedro Paulo Lemos Machado (Diretor da DAFN/ITI – Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), Ernandes Lopes (Coordenador geral de Normalização e Pesquisa do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), André Pinto Garcia (Procurador Chefe do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), Francimara teixeira Garcia Viotti (Titular da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos), Bruno Augusto Santos Oliveira (Titular da Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE), Manuel Dantas Matos (Titular da CAMARA e-NET), Helvécio Duia Castello (Suplente da CAMARA e-NET), José Ney de Oliveira Lima (Representante por procuração do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG), Jorilson da Silva Rodrigues (Representante por Procuração do Ministério da Justiça), Carlos Felício Afonso (Representante do Ministério da Fazenda – MF), Wander Blanco (Representante da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos) Denise do Carmo Direito (Assessora de Comunicação do ITI) e Adriana Fetter (Assessora da Secretaria Executiva CG ICP-Brasil), conforme lista de presença anexa, para tratar da pauta a seguir: 1- Aprovação da Ata da Reunião do dia 16 de dezembro de 2008; 2 - Posição da Secretaria de Direito Econômico (SDE) - Decreto 6.523, de 31 de julho de 2008, que fixa as normas gerais sobre o serviço de atendimento ao consumidor – SAC; 3 - Revisão do Termo de Titularidade; 4 –Certificados Digitais – Início do estudo sobre validade e de renovação e 5 - Informes Gerais: Certforum – 05(cinco) CertForuns; Sugestão de Pauta pelos membros do CG ICP-Brasil; Introdução aos temas: Biometria e Certificados de Atributos. Renato Martini, iniciou a reunião fazendo a aprovação da ata da reunião do dia 16 de dezembro de 2008, não foi preciso realizar nova leitura, pois foi encaminhada aos membros via correio eletrônico e aprovada por unanimidade. Iniciou-se a pauta da reunião com a análise da posição da Secretaria de Direito Econômico sobre o enquadramento do Sistema Nacional de Certificação Digital no decreto 6.523, de 31 de julho de 2008, que fixa as normas gerais sobre o serviço de atendimento ao consumidor – SAC. O procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada do ITI, André Garcia, relatou que participou de reuniões junto à Secretaria de Direito Econômico e foi analisado que se o certificado digital é tratado como produto e não como serviço não há obrigatoriedade de submissão aos termos do decreto. Com isso, o Comitê decidiu pela não regulamentação, mas os membros entenderam que o atendimento ao consumidor deve continuar a ser dado por se tratar de uma relação de consumo. Renato retomou a palavra, após o relato do André, perguntou aos membros presentes, se teriam

algum comentário a ser feito, e em seguida foi feito um encaminhamento para votação. Renato Martini, após exposição dos fatos e votação pelos membros e pelos representantes por procuração do CG da ICP-Brasil, informou que a decisão foi por unanimidade pela não regulamentação do Decreto, entendendo que sempre deve haver por parte das Acs o atendimento ao consumidor. Em ato contínuo Renato Martini, solicitou uma inversão de pauta, pedindo para tratar o tema Termo de Titularidade, declarando que este tema já deveria ter sido abordado pelo CG ICP-Brasil. Narrou que quando, o então Presidente da Abranet Antônio Tavares, teve que tirar um certificado digital para um serviço da Receita Federal, ao ter que assinar o referido termo ficou surpreso com os termos técnicos contidos, apesar de ser um profissional da tecnologia, constatou a enorme dificuldade de entendimento e pediu para trazer o tema, para ser analisado no Comitê. Renato, então, apresentou um Termo de Titularidade, de um certificado gerado por ele, em 2003, pela AC PR, que considera aceitável, os itens são mais palpáveis. Sugeriu, portanto, que o Termo de Titularidade seja revisado, para ser juridicamente consistente. A partir desses requisitos mínimos iniciou-se o debate sobre a construção de uma minuta e o encaminhamento do assunto a COTEC (Comissão Técnica). Por unanimidade, o Comitê decidiu que a Comissão Técnica Executiva - COTEC, irá rever os requisitos mínimos do termo de titularidade contidos no DOC ICP05. Renato sugeriu também, uma consulta as AC's, chamá-las a opinar. Seguindo a pauta - Certificados Digitais: início do estudo sobre validade e de renovação, o Diretor da Dinfra, Maurício Coelho, colocou que com a adoção e massificação da certificação digital, e com projetos que envolvam grande volume de certificado será uma medida importante desvincular a validade do certificado digital da validade do dossiê documental, assunto que desde 2006, vem sendo apresentado para que se faça um estudo de alteração na Resolução 42, houve à época uma discussão sobre isso trazer fragilidade ao processo de identificação, principalmente no de pessoa jurídica, onde a mudança de constituição de empresa é muito mais frequente, no de pessoa física os documentos são mais estáveis. Nestes estudos problemas foram identificados, um deles nas aplicações em que se faz uso do certificado tipo A1, renovado anualmente, que teria, portanto que validar o dossiê documental todo ano, quando então foi apresentada a proposta de desvincular a validade do certificado digital da validade do dossiê documental. O estabelecimento das validades teria de ser estudada e definida, para pessoa física e jurídica, preservando a segurança tecnológica do certificado digital, desde que não houvesse nenhuma alteração documental, o certificado poderia ser renovado via web, sem necessidade de identificação presencial, até chegar o limite da validade do dossiê documental, aí sim seria obrigatório uma nova identificação presencial, lembrando que a ICP tem alguns projetos com proposta de abrangência nacional, como o título de eleitor do TSE, a carteira nacional de habilitação e o conectividade social, onde se prevê grandes volumes de emissão de certificados, seria oportuno voltar essa discussão, proposição ao comitê que em concordância com o tema poderia aprofundá-lo, e face ao exposto fazer um encaminhamento à COTEC. Manuel Matos, explicou que a necessidade presencial, não é a validade da documentação é saber se o titular está vivo ou não. Sugeriu que fosse encaminhado e verificado com rapidez a questão da perda do certificado por morte e que haja um link, que revogue automaticamente com base no registro feito, comunicando automaticamente a morte. Helvécio, acredita que o certificado digital para pessoa Jurídica será abolido nos próximos anos, após entrar em vigor o uso dos certificados de atributos. Francimara, falou sobre o projeto RIC (Registro de Identidade Civil), que tem que ser visto com detalhes na opinião dela, que a proposta do Instituto Nacional de Identificação, é que todo Brasileiro tenha um certificado digital como documento, que será único, que terá validade e que é para identificar o cidadão, eliminando assim a necessidade de todos os outros certificados que temos hoje, passaremos a ter um certificado de identificação, que seria o certificado RIC e todos os demais seriam, Certificados de Atributos, ficando com um certificado e não dois. Renato pautou que o projeto RIC, é uma proposta, tem um Decreto que vai regulamentar, chamou a atenção que este é um projeto que coopera com a ICP-Brasil, ainda é uma idéia. Em ato contínuo, Maurício, perguntou aos membros presentes, se todos concordavam com um encaminhamento do tema a COTEC, para tanto a Comissão Técnica Executiva - COTEC, de acordo com a aprovação do Comitê, iniciará a elaboração de estudo sobre os prazos de renovação e validação dos certificados digitais. Maurício, apresentou o último item da

pauta, Informes Gerais: o primeiro sobre CertForuns apresentado pela Assessora de Comunicação do ITI, Denise Direito, o evento tradicional, em Brasília, terá sua 7ª edição, agora se tem uma demanda de novas praças. A questão das demandas são as tendências do próprio mercado, foram trazidos grandes fóruns centralizados na área, agora serão organizados, fóruns menores, em outras praças. A idéia é, que em Brasília seja voltado para a área Governamental, São Paulo, visando Empresas Privadas, apresentação de *cases* e soluções nessa linha, e além desses, esse ano contará com fóruns menores em Belém, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Estes deverão ter um dia de duração, e serão voltados para as necessidades da região. Continuando, Denise apresentou o primeiro número da Revista do ITI, publicação semestral, e pediu sugestões de pauta, para os próximos números. Maurício colocou que no Pará o CertForum será um pouco diferente dos demais, para levar a região norte a questão da certificação digital. A Camara e-net, permanece mobilizada para apoiar essa iniciativa, dada a dimensão que se pretende, à partir desse ano, um outro parceiro, a ABEP, que também participa do Comitê Gestor, juntos irão trabalhar para dar suporte ao ITI. Professor Custódio, sugeriu para os próximos anos que os CertForuns sejam mais acadêmicos, onde alunos e professores possam contribuir com *Cases* e projetos. Maurício pediu aos Membros do Comitê Gestor, sugestões de pauta para as reuniões que já são pré-definidas, uma vez que, o Comitê já tem um Regimento Interno aprovado, e os membros e representantes por procuração tem toda legitimidade de propor os temas. Sempre tem sido o ITI a propor a pauta, a Secretaria-Executiva, está aqui para apoiar a operacionalizar este comitê. Sugeriu que se encaminhe esses temas ao Secretário Executivo Renato Martini. Informou ainda, que será feito um endereço de e-mail institucional, para atender essas demandas. Maurício apresentou o último assunto da pauta, que é o início da discussão pela ICP-Brasil do assunto Biometria em Certificados de Atributos, tema muito importante dentro da Certificação Digital, a Biometria já gerou muita confusão em um outro momento, as pessoas entendiam que, Biometria substituiria a Certificação Digital. A Biometria tem um apelo muito forte, as pessoas já conseguem enxergar, com certa naturalidade, a identificação através do tato ou íris. Existem projetos mundiais de casos de Biometria e Certificação Digital, citou dois exemplos, que é o programa de identificação dos Servidores Públicos Federais Norte-Americano, e o *Smartcards Duo Chip*, com dados biométricos e certificação digital, pois as duas tecnologias juntas, agregam segurança. Outro exemplo é o Passaporte eletrônico, a Europa, no dia 29 de junho, começa a edição de uma segunda fase de outro tipo de passaporte, com informações biométricas. Maurício informou ainda, que a ICP-Brasil tem condições de estudar a Biometria e os Certificados de Atributos. A proposta é o ITI começar a estudar e se preparar, fazer uma proposta concreta, amadurecer os estudos com alguns parceiros, e em breve, apresentar esta proposta ao Comitê Gestor. Helvécio citou o certificado de pessoa jurídica tem os dias contados, o certificado de atributo o substituirá com muitas vantagens. Francimara informou, que na Febraban tem dois grupos de trabalho sobre os temas. Biometria. Pedro Paulo ao falar de biometria sugeriu submeter ao Jorilson perito da policia federal, que trabalha na área de informática no Ministério da Justiça, e vem estudando o tema por profissão tendo muita coisa a contribuir, podendo organizar toda a discussão e a partir disso pode se fazer um casamento muito bom, visto que o conhecimento dele é maior no tema biometria em certificação digital. A abordagem é muito interessante para a biometria, a partir do artigo 1º da lei 10.319, do processo eletrônico, que é a base da experiência no ponto de vista de Pedro Paulo. Face ao exposto, deu-se por encerrada as atividades, tendo sido agradecida a presença de todos.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI
Coordenador Substituto do CG da ICP-Brasil